



vento sul

Deserto verde vai cobrir o Rio Grande do Sul em 10 anos

Grupos multinacionais e nacionais pretendem cobrir um milhão de hectares no estado com plantações industriais de eucaliptos, acácias e pinus, a maior parte delas no pampa, ecossistema que se estende por 60% da área do RS. Os efeitos da monocultura serão arrasadores sobre o ambiente, a economia e as comunidades locais. **Páginas 4 e 5**

Economia Popular e Solidária faz feira no Largo Glênio Peres

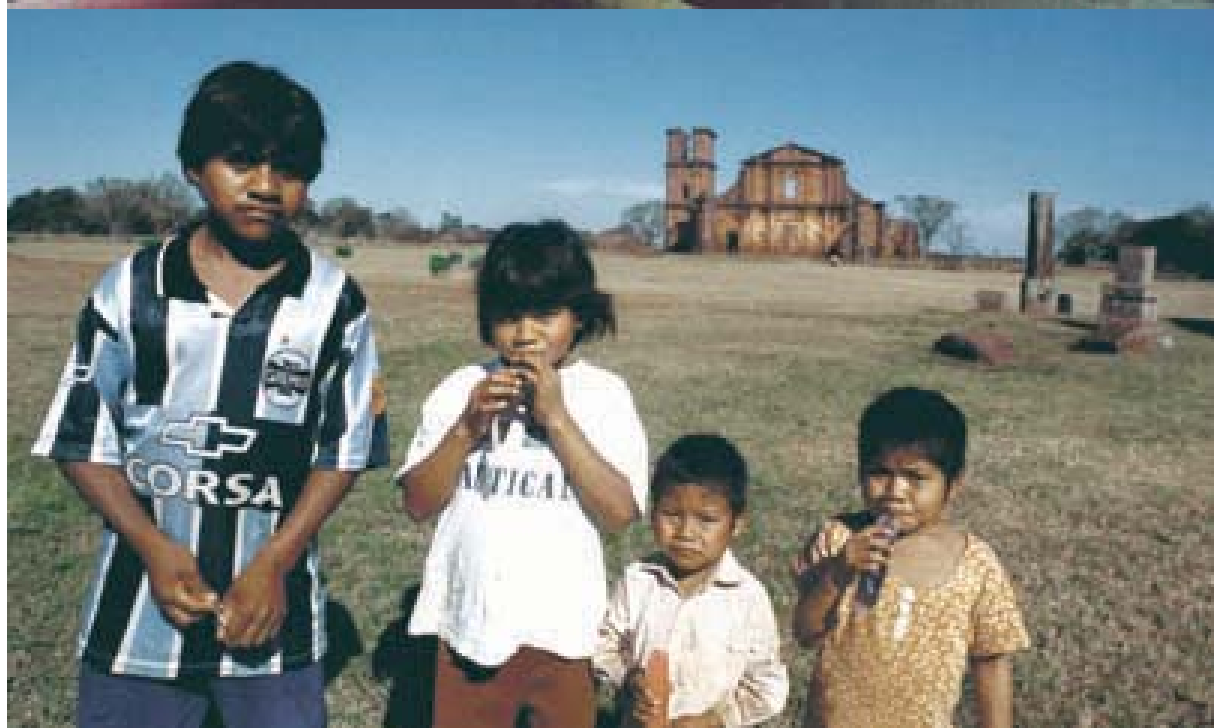
Página 9

2006, a eleição que não terminou

Dossiê, sanguessugas, Freud, mensalão, dólares, caso Celso Daniel, as doações para o PT, os negócios do filho de Lula, Vedoin, corrupção. Esta salada de nomes de pessoas ou coisas, temperada pela suspeição, foi o prato que coloriu as manchetes em 2005 e 2006 no maior bombardeio midiático da história brasileira. Mas, depois de um ano e meio de linchamento, Luiz Inácio Lula da Silva emergiu de seu bunker e levou as eleições a bordo de 58 milhões de votos, quase seis milhões a mais do que em 2002. Aquilo que o New York Times chamou de "vitória esmagadora". **Página 11**

Um olhar para o momento

Página 12



Grandes empresas disputam dinheiro público com programas sociais

Para a mídia aliada e portavoz do grande capital, recursos públicos colocados em programas sociais como o Fome Zero, educação ou saú-

de são definidos como "gastos" ou "custos" que atrapalham a arrancada do Brasil no rumo do pleno desenvolvimento. Mas quando as ver-

bas públicas são dirigidas pelos governos às grandes empresas, aí nada se questiona – trata-se de "investimentos". **Pág. 6 e 7**

a palavra



Estamos fechando mais um ano - destes quase 24 de caminhada que serão comemorados agora em março - trajetória firme, vigorosa e solidária sempre ao lado dos mais fracos.

Avaliação e esperança - é hora do balanço geral e de preparar o próximo ano, os desafios e os caminhos que o CAMP vai percorrer em 2007 - tendo sempre como norte a solidariedade, a busca de espaços para avançar na participação e na ampliação da democracia e da participação popular.

O Brasil continua sendo uma nação marcada pela pobreza e a fome, devido às estruturas de opressão ainda vigentes no país. Assim como o mundo atual, marcado por profundas desigualdades que impedem a tão almejada paz. Basta assinalar que 80% das riquezas estão nas mãos de 20% da população.

Um olhar atento para o mundo permite concluir que em função do crescimento econômico e da hegemonia política dos Estados Unidos e seus aliados, há um profundo agravamento da crise ambiental e social em todo o planeta.

Assim, cabe aos movimentos sociais ampliar os vínculos capazes de estreitar a globalização da solidariedade, em contraposição ao atual modelo neoliberal de ocupação total do mundo. Eis a tarefa mais urgente que desafia os movimentos sociais e o CAMP neste início do terceiro milênio.

Boa luta em 2007.



as notas

Abong aponta politicagem na "CPI das Ongs"

No início de dezembro, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) lançou uma Nota Pública, na qual questiona, por várias razões, a criação da CPI das Ongs, proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). O pedido de CPI teria sido motivado por levantamento do Tribunal de Contas (TCU) sobre irregularidades no repasse de recursos públicos a entidades da sociedade, com base em uma amostragem de 28 organizações, entre os anos de 1999 e 2005. Três pontos principais são questionados pela Abong.

O primeiro, indicando aparente motivação político-partidária para a criação da comissão, é o recorte de tempo a ser abordado pelo CPI - que quer investigar convênios do governo federal apenas a partir de 2003.

O segundo ponto é a abordagem que por princípio criminaliza as entidades, pois a CPI se propõe a tratar de possíveis irregularidades para as quais o TCU tem instrumentos cabíveis de ajuste e que não necessariamente configuram má-fé no trato do dinheiro público.

O terceiro ponto levantado pela Abong diz respeito à falsa problematização de que não há instrumentos de regulação dessas entidades, nem de fiscalização do acesso aos recursos públicos. A Associação lembra que o direito de livre associação é assegurado pela Constituição, assim como os diversos mecanismos de controle de recursos públicos, incluindo os conselhos setoriais de políticas públicas.

"Nunca é tarde lembrar que dinheiro público não é dinheiro do governo", diz a nota, acrescentando que o destino desses recursos deve ser decidido em debates democráticos, nos quais estão em disputa concepções sobre Estado, papel da sociedade e principalmente sobre projetos de desenvolvimento.

Conforme a Abong, a forma como a CPI tem impulsionado o debate "é claramente criminalizadora e generalista em relação as ONGs", o que prejudica o trabalho de entidades sérias como contribui para o enfraquecimento da democracia e para confundir a sociedade sobre o que realmente está em jogo.

A Abong foi criada em 1991, e aglutina hoje mais de 280 entidades não governamentais do

País, que historicamente contribuem para a construção da democracia, para a luta contra a violação dos direitos humanos e as desigualdades sociais.

Mesmo com um pequeno número de associadas em relação ao amplo e complexo universo das organizações sem fins lucrativos (apenas no Brasil, o número ultrapassa 200 mil entidades) a Abong se constitui efetivamente num sujeito social coletivo de dimensão nacional, que tem sido referência na interlocução e definição de pautas políticas com governos, parlamentos, mídia e segmentos da sociedade desde a sua fundação.

CAMP participará da Fase III do Mapeamento dos Empreendimentos da Economia Solidária.

Inicia-se em dezembro a pesquisa de campo referente ao Mapeamento Fase III dos empreendimentos da Economia Solidária, do Rio Grande do Sul. O mesmo será realizado durante dois meses com término previsto para o final de janeiro.

Nesta Fase III, a coordenação do processo no estado, está sendo realizado por duas universidades, a UNIJUÍ e a UNISINOS através de convênio com a UNITRABALHO, contratada pela SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária) como responsável nacional.

O CAMP, assim como na FASE II, ficou responsável por mapear os Empreendimentos que não foram incluídos da fase anterior e os novos que surgiram, da Região Metropolitana, Altos da Serra e Fronteira Oeste.

O resultado desse mapeamento, juntamente com os resultados obtidos nos outros Estados brasileiros, irá alimentar os dados do SIES, uma base nacional de informações que proporcionará a visibilidade da Economia Solidária e facilitará a articulação em redes sócio-econômicas, além de contribuir nos processos de formulação de políticas públicas.

O mapeamento vai possibilitar conhecer melhor os empreendimentos: suas dificuldades, suas articulações, suas preocupações, suas ambições econômicas, sociais, políticas, ambientais.

A Visita

Companheiras e companheiros do CAMP!

Resolvi compartilhar com vocês uma das mais gratificantes experiências que tive em minha vida. A melhor forma que encontrei foi a de uma narrativa coloquial na primeira pessoa.

Dia 23 de novembro pela manhã, conferia com a Secretária de Desenvolvimento Rural, Maria Alice de Souza, pelo telefone, detalhes de um projeto de assentamento de um companheiro (João Francisco de Paula, o Chico) que deverá ser feito em 8 hectares de minha propriedade - uma espécie de reforma agrária particular. Quando fui interrompido pelo presidente do PSB de São Borja, Emiliano Batista, um assentado no Cambuxim a 40 quilômetros da cidade.

- Companheiro Wálmaro - disse-me ele - está havendo uma marcha dos acampados na Fazenda Palermo (a 60 quilômetros da cidade) e eles deverão chegar perto de tua casa pelas 11 horas da manhã. Podem chegar para descansar e almoçar por aí, antes de irem para o Fórum tentar uma audiência com o juiz?

- Com certeza, - respondi de pronto pensando tratar-se de uma comissão de trabalhadores do Movimento de Trabalhadores Sem Terra que viriam conversar com o juiz sobre a desapropriação da área que está sendo contestada pelos latifundiários locais na Justiça. - A que horas devem chegar?

- Pelas 11 horas. Afirmou Emiliano.

Imediatamente fui falar com a Shirley que cozinha aqui em casa para botar mais água no feijão porque teríamos visitas para o almoço. Avisei ao Jorge, que trabalha comigo como leiteiro para preparar o mate no galpão e voltei para o trabalho. Cerca de 20 minutos depois o Jorge entrou esbafofado no escritório avisando:

- Os sem terra já estão chegando! E são um montão!

Fui recebê-los surpreso, pois vinham marchando disciplinados pela estrada da entrada, puxados por um carro de som, cerca de 150 homens, mulheres e crianças, que haviam marchado a pé, 60 quilômetros para lutar pela terra para trabalhar. Estavam cansados. Muitos com os pés em bolhas. Pois marchar em uma estrada de chão, apenas com chinelos de dedos,



sob o inclemente sol da fronteira é um sacrifício imensurável.

Pediram lugares para armar suas cozinhas ao lado do jardim de minha casa, defronte aos galpões. Indiquei os lugares e perguntei se precisavam de comida.

- Não - respondeu Búfalo (este era o apelido da liderança da marcha) - temos massa, feijão e arroz. Só precisamos de lenha.

Meu parceiro Chico (João Francisco de Paula) que estava capinando a lavoura de mandioca, imediatamente saiu à cata de lenha no mato de eucaliptos que tempos para o consumo de madeira. E eu vendo aquela pobreza de alimentação não hesitei. Escolhi a maior cabra do rebanho e mandei carnear, enquanto o Jorge fornecia um tarro de leite para as crianças.

Enfim acomodamos a companheirada como deve fazer um gaúcho hospitaleiro e cuidamos para que não faltasse nada a eles. As mulheres e crianças ficaram num galpão fechado de tijolos que está sendo transformado em quartos para hóspedes. Os rapazes num galpão aberto que serve de abrigo para carros e os demais no galpão da ordenha, onde, entre outros apetrechos temos um fogão de campanha.

O acampamento foi montado, o almoço servido, um merecido descanso à sombra do capão de cinamomos e eles retomaram a caminhada cobrindo os três quilômetros que ficam entre minha casa, O Sítio Preserva na entrada internacional da cidade, e o fórum. Atravessaram a zona Leste de São

Borja marchando com disciplina e uma comissão deles foi recebida pelo juiz Daniel Dummer, que prometeu resolver a questão que se arrasta há dois anos.

Voltaram para o Sítio em ritmo de festa. Já tínhamos providenciado carne de gado e galinhas para que fosse feita a comida. As crianças já haviam sido brindadas com balas de leite trazidas de Santo Tomé (Argentina) pela minha filha Tatiana que estuda lá e as comprou assim que soube da situação. Shirley atendia as mulheres ensinando-as a manejar a máquina de lavar roupas e foi preparar pipocas para as crianças que já se divertiam com uma caixa de nozes que estávamos guardando para as festas de final de ano.

Dois violões e diversos cantores alegraram a noite de nossa propriedade todos nos galpões enquanto começava uma chuva que durou a noite inteira. Vera chegara do trabalho e circulava entre as companheiras tratando de sua saúde, acompanhou uma a companheira, Edna, que havia torcido o pé ao médico e levou um garoto de 15 anos ao plantão, pois estava desidratado.

Aproveitamos a estada deles para conversar sobre suas perspectivas, suas

esperanças e recarregar nossas baterias preparando-nos para retomar a luta.

No outro dia pela manhã, bem cedinho, eles começaram a levantar o acampamento. Retornariam para uma área perto da fazenda Palermo onde esperariam a terra prometida. Eu e minha companheira Vera ficamos com os corações vibrando novamente e com lágrimas nos olhos fixados na enorme bandeira vermelha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que nos foi presenteada pelo grupo.

Um abraço a todos e os votos de que perseveremos até a vitória.

Wálmaro Paz - sócio do CAMP



“Deserto verde” cobrirá um milhão de hectares em 10 anos

Técnicos da Fepam, órgão de licenciamento ambiental do governo gaúcho, correm contra o tempo para encerrar até o dia 20 de dezembro o trabalho de zoneamento ambiental do Rio Grande do Sul, que definirá áreas com potencialidades e restrições para a atividade de silvicultura. Eles trabalham de baixo da pressão das grandes empresas que em 2005 desembarcaram no RS com projetos de extensos plantios de árvores exóticas para produção de celulose. Aracruz Celulose, Votorantim e Stora Enso – de origem sueco-finlandesa –, pretendem cobrir 800 mil hectares do Rio Grande do Sul – o equivalente a 4% do território gaúcho – no prazo de dez anos, com plantações industriais de

eucaliptos, pinus e acácias, a maior parte delas no pampa, ecossistema que se estende por 60% da área do RS. Interessadas no solo e no clima gaúcho, que favorece o crescimento rápido das árvores, as empresas prevêem também implantar três novas fábricas de celulose no Estado.

Entidades ambientalistas brasileiras e internacionais, instituições de pesquisa e ministério público se mobilizam contra a implantação do que estão chamando de “desertos verdes” e pesquisadores argumentam contra os efeitos arrasadores da monocultura sobre o ambiente, a economia e as comunidades locais. Mas os projetos têm o apoio do atual governo do Estado e a apro-



vação da governadora eleita, Yeda Crusius – que os consideram alternativa de desenvolvimento para o RS e principalmente para a empobrecida Metade Sul.

O zoneamento ambiental é meio caminho para que essas empresas possam obter o licenciamento definitivo dos empreendimentos, que já contam com licenças provisórias, concedidas por acordo entre o Ministério Público Estadual e a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler). Para a geógrafa Isabel Chiappetti, chefe da Divisão de Qualidade Ambiental da Fepam, porém, ao contrário de facilitar a liberação dos empreendimentos, o zoneamento irá ordenar a destinação dos espaços e permitirá estabelecer normas restritivas. “O Rio Grande do Sul será o primeiro Estado brasileiro a dispor de um estudo de zoneamento ambiental”, diz ela.

Carta ao presidente

No final de novembro, a Agapan, o Núcleo Amigos da Terra/Brasil, a Igré – Amigos da Água, e a ong Defesa Biogaúcha protocolaram na pre-

sidência da República e em vários organismos federais – entre eles o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Defesa – um documento extenso que exige do governo a divulgação das “medidas que adotou para garantir que no Estado do Rio Grande do Sul não ocorrerão às consequências devastadoras observadas em outras regiões do país e do exterior”, e que o governo determine aos órgãos competentes “esclarecimentos públicos acerca das políticas empresariais adotadas pelas indústrias de celulose sobre o plantio de árvores exóticas, os impactos sócio-ambientais da produção da celulose branqueada e sobre a veracidade das aquisições de terras na área de fronteira por empresas estrangeiras”. O documento aponta a ameaça de contaminação dos recursos hídricos, acidificação e salinização dos solos, perda irreversível do estoque de nutrientes. Além disso, o projeto florestal apoiado pelo Governo do Estado não garante a recuperação econômica da Metade Sul do RS. “Pelo contrário”, diz o texto, “a proposta subtrai do homem



a cidadania

pampeano o acesso às suas tradicionais práticas agrícolas e de criação animal, deixando-o marginalizado na periferia das monoculturas”.

Desde outubro de 2005, o Núcleo Amigos da Terra/Brasil vem desenvolvendo uma campanha contra a invasão dos plantios: “Plantações de árvores exóticas: não cultive essa idéia”, diz a ong. “Nossas reservas hídricas comportarão a transformação de um milhão de hectares de campos naturais em áreas habitadas por gigantescas árvores de uma só

espécie, clonadas e de crescimento acelerado?”, perguntam os ambientalistas, criticando os investimentos governamentais, com recursos do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador, repassada via BNDES, que já destinou aos projetos de silvicultura mais de R\$ 2 bilhões.

Perda de água

Tão graves ou piores do que a ameaça de perda de biodiversidade no pampa são os dados divulgados pelo doutor em zoologia Ludwig Buckup, da

pós-graduação em zoologia da Ufrgs, sobre danos aos recursos hídricos. “Em nosso meio a elevada capacidade evapotranspiratória das espécies do gênero *Eucalyptus* começou a ser estudada e avaliada há mais de três décadas”, diz o cientista. Segundo esses estudos pioneiros e outros posteriores, o eucalipto está entre os vegetais de maior transpiração, chegando a 100 litros por dia ou mais de 36 mil litros por ano. “Os 28 milhões de eucaliptos previstos levarão para o ar anualmente, 36 vezes mais água do que a chuva que cai na região”, afirmou o professor. “É neste momento que os cursos d’água e o subsolo entregam suas reservas, frequentemente resultando em completo dessecação e morte dos rios, como já se viu em muitas outras regiões do mundo”, diz um estudo preparado por Buckup, alertando também para as possi-



bilidades de contaminação do Aquífero Guarani. “É imperioso”, disse o pesquisador num artigo, “que a suposta redenção econômica da Metade Sul do estado seja repensada à luz dos princípios do desenvolvimento sustentado. Lucro na exportação de madeira não tem valor algum se para nós ficar apenas o irrecuperável custo ambiental”.



Estrangeiros compram terras de fronteira

A chegada dos mega empreendimentos de silvicultura ao Rio Grande não repercute apenas nos círculos ecológicos. O Ministério Público Estadual quer explicações da sueco-finlandesa Stora Enso que teria comprado, direta ou indiretamente, cerca de 100 mil hectares em áreas dentro da faixa de 150 quilômetros de fronteira, onde a posse da terra por estrangeiros tem que ser autorizada pelo Conselho Nacional de Segurança. Atuando a favor da compra dessas áreas por estrangeiros, o deputado federal Nelson Proença, do então PPS, apresentou um projeto de redução de 150

para 50 quilômetros de faixa de fronteira considerada área de segurança, o que facilitaria a aquisição de áreas por empresas transnacionais. O projeto não foi votado.

Ainda no capítulo da compra de terras para implantação de projetos, a Aracruz Celulose confirmou, no final de novembro, que está negociando a compra de cerca de metade dos 13 mil hectares da Fazenda Southall, em São Gabriel, desapropriada pelo governo federal para reforma agrária. O processo de desapropriação foi suspenso pela ministra (hoje presidente) do Supremo Tribunal Federal Helen Gracie, mas a questão ainda está sob julgamento.

O eucalipto tem seus defensores locais. Na Assembleia Legislativa, o deputado Berfran Rosado (PPS), coordena a Frente Parlamentar Pró Florestamento e liderou, em junho deste ano, a viagem de outros cinco deputados à sede da Stora Enso, na Finlândia, para conhecer o sistema de florestamento do país. Também viajaram os deputados José Sperotto (PFL), Marco Peixoto (PP), Edson Brum (PMDB), Pedro Wetphalen (PP) e Vieira da Cunha (PDT). Meses depois, em novembro, uma nova comitiva desembarcava na Finlândia, viajando a convite da empresa. Desta vez, a Stora Enso levou à sua sede um grupo de jor-

nalistas gaúchos: José Barionuevo, Políbio Braga, Diego Casagrande, Rogério Mendelski, Ana Amélia Lemos, Lucia Ritzel e Afonso Ritter.

Diego Casagrande, que mantém um blog na internet, afirmou, ao noticiar a visita: “Os investimentos, que mudarão a face econômica da empobrecida Metade Sul, têm sido bombardeados por ONGs e pela esquerda em geral, que falam a torto e a direito na criação de desertos verdes. São mentiras e bobagens que repetidas, podem virar verdade na cabeça de muita gente”.

Grandes empresas disputam dinheiro público com os programas sociais

Quem presta atenção ao que dizem os comentaristas econômicos da TV ou os economistas ouvidos pelos grandes jornais e revistas, já sabe: recursos públicos colocados em assistência social, salário mínimo, educação, saúde e em benefícios previdenciários, por exemplo, são definidos como “gastos” ou “custos”, que atrapalham a arrancada do Brasil no rumo do pleno desenvolvimento. Mas, se verbas públicas ainda maiores forem dirigidas pelos governos às grandes empresas, aí nada se questiona – trata-se de “investimentos”. Uma rápida comprovação disso está no título da matéria da página 5B da Folha de S. Paulo de 22 de novembro último: “Aumentam gastos com benefícios sociais”. O subtítulo reforça o tom negativo: “Programa assistenciais e benefícios do INSS de até um salário mínimo elevam peso na receita da União entre 1999 e 2004”.

“A imprensa assumiu por inteiro a pauta ideológica que está por trás desse assunto, e termina passando esta imagem para a população em geral”, afirma o historiador Tarson Nuñez, diretor do Instituto de Políticas Públicas e Gestão Local (Usina), de Porto Alegre. “Segundo esta visão distorcida propositalmente, o que vai para a iniciativa privada é um dinheiro virtuoso, que supostamente vai gerar desenvolvimento, enquanto o que é dirigido aos programas sociais não traz retorno ao País”, analisa ele. A realidade dos fatos, no entanto, mostra o contrário.

“Um bom exemplo é o do Rio Grande do Sul, que no atual governo teve crescimento negativo, apesar da política de isenção fiscal e outros benefícios concedidos a grandes empresas”, relata Nuñez. “Enquanto isso, alguns estados nordestinos chegaram a ter crescimento de 8%, comparável ao de grandes nações emergentes, e isso a partir do dinheiro injetado pelo Bolsa Família e outras programas sociais, fazendo girar e desenvolver a economia da região”.

Apesar desse processo desconcentrar e distribuir renda – enquanto os recursos alocados para grandes empresas não apenas

concentram, como concentram em algumas empresas somente, sequer beneficiando setores inteiros da economia – o assunto nunca se presta a um debate profundo. “Aliás, grande parte da atual crise do Rio Grande se deve à política de renúncia fiscal”, diz o historiador. Ele lembra: “Durante o governo Britto, o então diretor da Aços Finos Piratini, Frederico Johanpetter, em entrevista ao jornal paulista Gazeta Mercantil reconheceu que com o incentivo fiscal recebido do governo do Rio Grande, havia modernizado a empresa. Ora, com o dinheiro público ele ampliou sua produção, mas não ampliou os empregos”, compara Nuñez.

Assalto ao tesouro público

O professor Luiz Augusto Faria, do Departamento de Pós-Graduação em Economia da Ufrgs e membro da Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE), não tem dúvida: “O avanço do neoliberalismo apenas recolocou na ordem do dia o antigo assalto capitalista ao tesouro público, como acontecia desde o fim da Idade Média, com os primeiros banqueiros”. Com a desaceleração do crescimento da economia no mundo inteiro desde a década de 70, explica ele, os financistas passaram a preponderar sobre o setor produtivo, e o estado terminou virando refém dos credores dos títulos da dívida pública.

Nesta autêntica luta de classes em cima do orçamento público, ele detecta uma “indignação da burguesia nacional” com o crescimento da parcela do PIB destinado ao setor social, ainda que pequeno. Os programas assistenciais e os benefícios de até um salário mínimo do INSS elevaram sua participação na receita da União de 13,3% em 1999 para 15,4% em 2004, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Faria acrescenta outro dado: os benefícios da Previdência, que em 1994, representavam 4,9% do PIB, em 2005 chegaram a 7,4%. Além disso, no governo Lula, o salário mínimo acumula 17% de aumento real acima da inflação

De outro lado, e focando o caso do Rio Grande do Sul, o professor da

Ufrgs faz questão de criticar a concessão de incentivos fiscais a torto e a direito, especialmente no governo Britto: “Naquela ocasião, 95% dos recursos do Fundopem foram dirigidos a grandes empresas como Gerdau, Azaléia e outras que absolutamente não necessitavam de dinheiro público”.

Uma lei infame

Ou seja, a população paga impostos, mas eles não voltam em investimentos e serviços públicos na mesma medida – vão para o bolso de algumas grandes corporações. Além dessa renúncia fiscal, outro problema gravíssimo da economia gaúcha e de outros estados encontra-se, conforme o professor Luiz Augusto Faria, precisamente na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Esta lei é infame”, diz ele, sem meias palavras. “Seus aspectos positivos, como a transparência, participação popular, etc. são anulados pelo fato dela não permitir renegociação de dívidas pelos entes da União, o que inviabiliza qualquer tentativa de reduzir a sangria dos recursos estaduais”, afirma. “Ela coloca os credores do estado na frente de qualquer outro interesse maior da população”. Neste ano de 2006, o Rio Grande gastou 17% da sua receita corrente líquida com o pagamento da dívida federal, que assim havia sido amarrada no tempo do governo Britto. “Ora, se você perde 17% da receita não sobra mais nada para investir no desenvolvimento do Estado”, complementa o professor.

Mas afinal, os “gastos” sociais são negativos? Faria chega a rir: “Dinheiro no social gera desenvolvimento. O pior ‘gasto’ é com a taxa de juros”, garante. “Esta condenação aos investimentos sociais é ultrapassada”, diz o presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski. “Ela só visa à concentração de renda – não é sustentável a longo prazo, não é equilibrada e muito menos solidária”.

O raciocínio do sindicalista dificilmente pode ser contestado: investir em saúde, com uma visão preventiva, é melhorar as condições de vida e trabalho da população e significa mesmo poupar maiores

recursos públicos no futuro, quando será necessário tratar a população com doenças graves já desenvolvidas. O mesmo serve para a educação, com seu potencial transformador, ou para a defesa ambiental, preservando riquezas para as próximas gerações.

Falsa contrapartida social

“Então, é claro que aplicar recursos governamentais no campo social é um investimento sim, e de grande retorno para toda a sociedade”, frisa. Ao mesmo tempo, quem calcula os danos ambientais trazidos, por exemplo, pelo Pólo Petroquímico? - questiona ele. Mais: “No caso das empresas que recentemente jogaram produtos químicos nas águas do Rio dos Sinos: quem paga os prejuízos dos pescadores que vivem destas águas? Quem paga pela irresponsabilidade ambiental? Sabemos que o custo do tratamento dessas águas contaminadas vai sair dos cofres públicos, ou seja, toda a população é prejudicada”.

Para Woyciechowski, este tipo de desastre é apenas uma ilustração de como, na maioria dos casos, é inexistente a tal “contrapartida social” que as grandes empresas teriam que promover, ao receber recursos públicos. Ele considera este um dos aspectos principais na discussão sobre os ganhos que a sociedade teria com a política de isenção fiscal e benefícios ao setor privado – um quadro sempre nebuloso, sem qualquer controle e tratada simplesmente como “investimentos”.

Neste sentido, o sindicalista ainda questiona o programa de desenvolvimento da construção civil lançado pelo governo Rigotto, com financiamento público ao setor. “Simplesmente este acordo foi fechado sem qualquer discussão entre capital e trabalho. Quer dizer, não há nenhuma cláusula sobre condições de trabalho dos operários, questões de saúde, meio ambiente. Ou seja, em longo prazo tudo isso vai gerar novos e onerosos gastos para o estado. Mas isso a população nem fica sabendo”.

2006, a eleição que não terminou

Dossiê, sanguessugas, Freud, Vedoin, Celso Daniel, os negócios do filho de Lula, as doações para o PT etc continuam freqüentando as primeiras páginas e as chamadas de rádio e TV. Numa espécie de feitiço do tempo, a mídia acorda todo dia para reproduzir a pauta do dia anterior. Alguém, com razão poderia dizer: mas agora, por que o Lula ganhou, temos que abrir mão da apuração? Nada disso. É que apenas seria mais saudável digerir, além do fast food de suspeitas e acusações mal-passadas, uma maior variedade de opções. Até mesmo porque os (e) leitores mostraram-se um tanto saturados ante o bloqueio da imaginação dos cozinheiros e a mesmice do prato feito que lhes enfiaram goela abaixo dia sim outro também. E, convenhamos, um olhar mais acurado sobre o Brasil e os brasileiros há de mostrar muito mais vida, riqueza e diversidade do que esta rapa de tacho azedada pela sede de vingança.

Vingança sim porque a estaca que trespassou a coalizão PSDB-PFL perfurou também a agenda uníssona dos formadores de opinião, editorialistas, colunistas, comentaristas, repórteres, quase todos amplificando a voz do dono do jornal da rádio ou da TV. Desprezada pela maioria do eleitorado, a cantilena prossegue. É também a TV (sic) do filho do Lula, são as ONGs "vinculadas ao PT", são as contas da campanha de Lula e do PT. São exemplos entre vários. O essencial é manter os canhões apontados na mesma direção. Quando o assunto não é novo muda-se então a abordagem. Vale destacar, como ilustração, o episódio do desembarque do PMDB no Governo Lula, este interessado em evitar as rasteiras que levou no primeiro mandato no Congresso.

Nossa brava mídia tem monitorado o tráfego peemedebista rumo ao governo de maneira cáustica. Aqui, o palavreado recorrente é "adesismo", "acórdão", "fisiologismo", "apetite por cargos". Os termos podem acabar sendo mesmo os mais adequados. Afinal, a própria trajetória recente do PMDB evidencia que o partido não só gosta como precisa apoiar o

governo de plantão. Seria algo intrínseco ao caráter do PMDB.

Até aqui tudo bem. O engraçado é que, quando o PMDB se aboleta em qualquer outro governo, como o de FHC, no passado, ou o de Yeda Crusius, nos dias atuais, a pecha de adesista se esvanece. Aquele tom depreciativo evapora-se e restam somente as belas palavras e os interesses superiores do Rio Grande ou da nação. Personalidade dividida, o PMDB se for com Yeda

mereceu investidas freqüentes do Jornal Nacional por conta de fraudes pontuais. A questão social como um caso de polícia. O monumental tamanho do programa, alcançando 11 milhões de famílias, foi posto de lado. A mídia viu a árvore e ignorou a floresta.

O padrão de ocultação aplicado sobre a agenda positiva do governo, aliado ao superfaturamento dos escândalos envolvendo, de forma real ou fictícia, o mesmo governo

exibindo suas incoerências e interesses. E a mídia, contra sua vontade, teve que sair da sombra. Deixou de ser sujeito oculto para converter-se, contrariadamente, em protagonista sob os holofotes da cena política.

Quem digitar a palavra "blog" no Google Brasil vai encontrar uma oferta de 2,6 milhões de resultados. Se a maioria dos blogs passou ao largo do embate político, outra parte deles embarcou na discussão e, em muitos casos, fez do tema o núcleo central das suas atenções. Esta informação alternativa e interativa, redistribuída através de milhões de e-mails disparados diariamente na web, cumpriu um papel de saudável arejamento democrático.

Ofertou aquilo que o jornalista Ignacio Ramonet, de Le Monde Diplomatique, definiu como informação orgânica. Para ele, a informação que consumimos, como os alimentos, está contaminada pelos múltiplos interesses dos conglomerados de mídia. Assim, "envenena-nos o espírito, polui nossos cérebros, nos manipula, nos intoxica (...)". Seria preciso produzir e ter acesso a uma informação menos nociva, a exemplo dos alimentos cultivados com insumos naturais. A analogia de Ramonet advoga a necessidade de uma "ecologia da informação".

Sabe-se lá que governo farão Lula e o PMDB. Sem contar que outros aliados da governabilidade ostentam um currículo capaz de elevar a fisiologia à categoria de arte. Façam suas apostas. Mas não será a mídia hegemônica que nos dará a compreensão mais fiel do drama que estará em cartaz nos próximos quatro anos. Dela, empenhada no terceiro turno, já sabemos o que esperar. Para entender o futuro que nos aguarda vamos ter que aprofundar outros caminhos, fortalecer os meios alternativos e dar espaço a novos e orgânicos projetos de comunicação. Dos avanços na concepção, produção e distribuição desta informação mais portátil não dependerá apenas o equilíbrio da disputa de versões, mas o próprio entendimento do Brasil e do lugar que queremos ocupar na sua democracia.

Ayrton Centeno / Jornalista



ou FHC ou quem quer que seja é o médico. Mas se for com Lula é o monstro. Uma questão de caráter. Caráter aqui adquire a condição de um objeto, como um chapéu, que se usa ou não conforme a conveniência ou a meteorologia. "Tou gostando do tempo, acho que hoje não vou usar meu caráter na reunião com o Lula". Ou então: "Hoje vou botar meu caráter para conversar com a Yeda."

São leituras que perpassam e contamina toda a tentativa de percepção do quadriênio 2003-2006 através da mídia. Não deveria ser assim se houvesse uma maior sensibilidade das redações ante a resposta popular a sua furiosa pregação: nas urnas, mais de 60% dos eleitores ignoraram manchetes apocalípticas ou as transformaram mentalmente em notas de pé de página. Na hora do voto, pesaram mais para o eleitor outras notícias que jornais, rádios e TVs minimizaram ou abstiveram-se de tratar, seja por má-fé seja por ignorância. A começar pelo Bolsa-Família, que

ajudam a explicar um dos maiores fenômenos da campanha de 2006: a corrosão da credibilidade da imprensa como não acontecera em nenhuma eleição. Com sua soberba, no aqodamento em meio à ciranda de CPIs, reverteu a presunção de inocência, condição da preservação do Estado de Direito, à mera firula jurídica, feita para ser patrolada. Acabou sendo arrastada pela ponta do enorme nariz, para o centro do palco onde deu e continua dando suas explicações. É o que a TV Globo passou a fazer, depois de Carta Capital averiguar os movimentos da rede para provocar um segundo turno das eleições.

Mas, na esfera da comunicação, outras vozes já questionavam a qualidade das interpretações da realidade à disposição no mercado. Outro tipo de informação, mais plural, passou a oferecer o outro lado da história, versões que não encontravam guarida nos meios de comunicação tradicionais. Simultaneamente, desconstruíam a isenção alardeada pelos grandes grupos que administram a informação no país,

Trabalhadores da Gerdau formam Comitê Mundial

No final de novembro, quando o mundo empresarial aguardava o anúncio do nome que sucederá Jorge Gerdau Johannpeter na direção do Grupo Gerdau (maior produtor de aços longos no continente americano, 30 mil funcionários, 30 usinas próprias, no Brasil e no Exterior), Porto Alegre recebia durante três dias representantes de trabalhadores de nove países-sede de unidades da empresa, no III Encontro Internacional de Trabalhadores da Gerdau. A imprensa local ignorou a reunião, que teve a participação de sindicatos locais, CUT e Força Sindical e chegou a dois resultados importantes. O primeiro deles foi à formação do Comitê Mundial de Trabalhadores da Gerdau, com a tarefa de unificar o relacionamento dos trabalhadores dos nove países com a empresa, que passa a ser acompanhado pela Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. O outro resultado foi à proposta de que a companhia assine um Acordo Marco Internacional (AMI) de respeito aos direitos dos trabalhadores e à cultura local nos diferentes países onde se instalou.

Sobre a mobilização dos trabalhadores, a Gerdau informa que o grupo segue as melhores prá-

ticas internacionais em relações trabalhistas, baseadas nas leis, regras e particularidades de cada unidade, região e País. "Por esse motivo", diz a empresa, "entende que as negociações sindicais são conduzidas em âmbito local por profissionais locais das empresas Gerdau, conhecedores de suas realidades. Em cada região, mantém, de forma aberta e constante, a condução de diálogos e negociações que visam ao aprimoramento dos serviços e benefícios oferecidos aos colaboradores".

"A grande crise com os trabalhadores é porque a empresa tenta flexibilizar direitos sindicais", diz Cláudio Nespolo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre. Segundo ele, uma das maiores crises em unidades do Exterior ocorreu na Ameristeel, empresa adquirida pela Gerdau no Texas, onde extinguiu o fundo de previdência privada que os empregados detinham, reduziu os salários em 25% e fechou a unidade por seis meses, tentando, com o locaute, enfraquecer o movimento de trabalhadores. "A empresa tem expandido seus negócios adquirindo unidades no Exterior", diz Nespolo. "Nesses

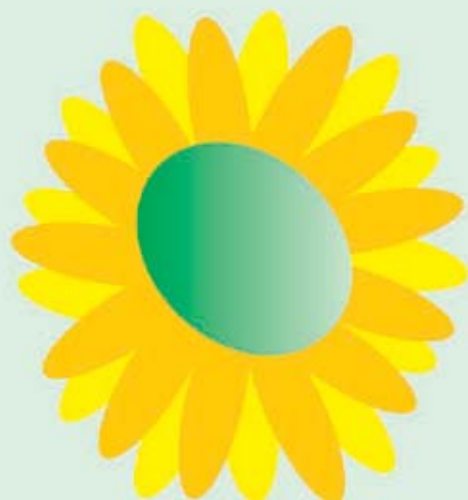


países, contrata assessorias para o relacionamento com os empregados e tenta desconstituir os sindicatos locais". Nossa disputa com a empresa tem a ver com seu comportamento político: a Gerdau é símbolo do pensamento neoliberal", diz o dirigente. A primeira reunião do Comitê Internacional

será em fevereiro, nos Estados Unidos.

No Rio Grande do Sul, a empresa se beneficia com incentivos fiscais de cerca de R\$ 1 bilhão do Fundopem, programa de estímulo à atividade empresarial, do governo do RS. Desde 1999, já realizou 11 operações de financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 1,7 bilhão, segundo notícia publicada pela Folha de São Paulo.

Fundada em 1901 pelo pioneiro João Gerdau, a empresa começou a operar com siderurgia em 1948. O início da internacionalização se deu em 1980, com a compra da siderúrgica Laisa, no Uruguai. Em 1992 adquiriu a Aços Finos Piratini, em leilão de privatização, e ingressou no segmento de aços especiais para a indústria automotiva. Em sua expansão, a Gerdau chega a 2006 com unidades siderúrgicas em nove países, capacidade instalada de produção de 18,7 milhões de toneladas de aço anuais. A cada ano, recicla 10 milhões de toneladas de sucata. Em 2005, seu faturamento foi de R\$ 13,5 bilhões e seu lucro líquido alcançou R\$ 1,8 bilhão.



Cooperativa
GiraSol
COMÉRCIO JUSTO E CONSUMO CONSCIENTE

Como fazer parte da rede ou adquirir produtos - através do endereço da GiraSol na Internet: www.coopgirasol.com.br, pelo email coopgirasol@gmail.com ou pelo fone (51) 8449-4778.

Nosso endereço: Praça Piratini, 141 - Santana - Porto Alegre-RS (em frente ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos).

outra economia

Economia popular solidária faz a feira no Largo Glênio Peres

Um artesão abandona a barraca onde trabalha e vende seus produtos – como chapéus feitos com um cipó típico do Nordeste – e vai ao estande de outro expositor. Lá, ensina novos métodos e saberes ao artesão vizinho, para que este também melhore e qualifique ainda mais os produtos que elabora com aquela mesma matéria-prima. Esta cena, impossível de acontecer na lógica cotidiana da competição capitalista, é real e foi assistida em uma feira de economia popular solidária recente, em, Alagoas, Maceió. “Quando vi o que estava acontecendo prestei atenção, pois acho que é um ótimo exemplo do que a gente busca e incentiva com todo este trabalho”, relata Shirley da Silva, da Coordenação Nacional de Feiras de EPS, do Instituto Marista de Solidariedade, com sede em Belo Horizonte.

E é precisamente sob esta ótica diferenciada que Porto Alegre vai novamente sediar – entre os dias 11 e 16 de dezembro de 2006 – a 8ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária, no Largo Glênio Peres, frente ao Mercado Público. “Desta vez vamos ter uns 120 estandes, o que representa mais de 300 empreendimentos comercializando seus produtos nesta feira, já que cada estande abriga mais de um empreendimento”, explica José Inácio Konzen, da coordenação do Camp, uma das entidades que organiza o evento.

O número de produtores participantes, que já é expressivo por si mesmo, ganha maior dimensão quando Konzen recorda que a primeira edição da feira, em 1998, na Usina do Gasômetro, contou com pouco mais de 30 bancas. Este crescimento de público e de expositores já não surpreende, especialmente a quem participa do evento desde o ano de 2000. É o caso da pequena produtora rural Adiles Oliveira Silva, de Santa Maria. Típica representante da agricultura familiar que agregou valor aos produtos com a criação de uma agroindústria - o Grupo Unimel, que utiliza o selo Sabor Gaúcho – Adiles diz que o os



primeiros anos, na Usina do Gasômetro, tiveram boas vendas. “Depois caiu o movimento, pois passou a novidade, a mídia não divulgou muito e também aquele local fechado não é o ideal para esse tipo de coisa”, avalia.

Ela tem opinião formada: “Feira é ao ar livre, feira é rua!”. Por isso mesmo destaca o crescimento de público e participantes desde que a Feira Estadual da EPS instalou-se no Largo Glênio Peres, coração de Porto Alegre, há dois anos. “Na última vez, a venda superou todas as nossas expectativas”, diz. “Pensamos em vender uns R\$ 3 mil e terminamos com mais de R\$ 8 mil. A feira começou na segunda-feira, e já na quarta-feira fomos obrigados a voltar a Santa Maria para trazer mais produtos – geléias, mel, figada, marmelada, vinhos de laranja e uva - e repor o estoque da banca, que tinha acabado total”.

Além do comércio - No entanto, assim como José Inácio Konzen, do Camp, Adiles tem consciência de que não é apenas a comercialização que conta numa realização como esta. “Eu faço parte do Conselho Nacional de Economia Solidária, ligado ao Minis-

tério do Trabalho”, conta, com orgulho. “Estamos trabalhando para que possa surgir uma política pública que viabilize conselhos municipais e estaduais de EPS”, esclarece.

De fato, por trás das boas vendas existem anos de discussões, oficinas, cursos de formação e experiências dos participantes, todo um amadurecimento de objetivos políticos, que compõem hoje a base da economia popular solidária no Brasil. “Este ano estão sendo realizadas 28 feiras da EPS em praticamente todos os estados brasileiros”, enumera Shirley da Silva, da Coordenação Nacional de Feiras.

Ao contrário das tradicionais feiras livres que ainda sobrevivem pelo País – cada vez mais ameaçadas pelas cadeias de supermercados – os eventos da EPS reúnem, além de agricultores familiares, artesãos de diferentes áreas, confecção de roupas e utensílios, cooperativas de costureiras e grupos de alimentação urbana (que oferecem, em praça de alimentação, doces, salgadinhos, pizzas, sorvetes, sucos, etc.), e tem ainda espaço para trocas solidárias.

Solidariedade - “Para participar o expositor tem que vir através de algum espaço organizado, como a Fetraf, os fóruns regionais de EPS, entre outras maneiras - não pode se inscrever direto”, explica José Inácio Konzen. Conforme o coordenador do Camp, entre os objetivos destas feiras há pelo menos três prio-ritários:

“Primeiro, tentamos viabilizar estes espaços de amostragem e comercialização dos produtos da economia popular solidária, de modo a que dê também um retorno financeiro aos participantes”, conta. “Queremos também fortalecer o sentido de solidariedade entre os produtores, desestimulando a concorrência e incentivando a troca de experiências, de tecnologias, e a construção de redes de associação entre essas pessoas”. Por fim, diz ele, “a idéia é dar a maior visibilidade possível e maior afirmação da EPS para toda a sociedade”.

Ou seja, em cada sandália artesanal ou pote de iogurte adquiridos na Feira, o comprador leva igualmente a noção de alguns princípios básica das EPS, como o consumo solidário e consciente. O que significa ficar atento e evitar, pela vida afora, consumir produtos que embutem em sua fabricação a degradação do meio ambiente ou a exploração injusta de mão-de-obra, por exemplo.

É com esta perspectiva solidária e sustentável – reunindo cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, grupos informais e outras formas de organização coletiva – que a EPS avança, aos poucos, numa sociedade dominada pelo consumismo desenfreado. “A gente sabe que a EPS não é a saída para o desemprego no País”, acrescenta a produtora rural, feirante e militante Adiles Oliveira Silva. “Mas essa forma de economia ajuda a trazer renda e trabalho a quem necessita, além de conscientizar as pessoas sobre esse processo em que a sociedade está envolvida, e o que nós, coletivamente, podemos fazer para reduzir os problemas”.

Atraso na licitação dos serviços de Limpeza Pública de Porto Alegre

Com denúncias de irregularidades e críticas ao caráter concentrador da proposta a Prefeitura de Porto Alegre decidiu cancelar a licitação dos serviços de limpeza pública da cidade, no início de agosto, e até agora ainda não conseguiu concluir a nova proposta. Poucos dias após o cancelamento caiu toda a direção do DMLU e foi constituído um Grupo de Trabalho para elaborar um novo processo licitatório. Uma das mudanças anunciadas foi o desmembramento da licitação abrindo a possibilidade da participação de um maior número de empresas um avanço em relação à proposta anterior.

Depois de três meses com poucas novidades, foi realizada no final de outubro uma audiência pública para apresentação da nova proposta. Nessa reunião a Comissão de Licitação apresentou os serviços de coleta, divididos em três modalidades – coleta domiciliar, coleta de resíduos público e especial, e ainda a capina das vias públicas. Estes serviços serão os primeiros a serem licitados. Na reunião a previsão era de publi-



cação do edital de licitação até o dia 24 de novembro. Os demais serviços a serem licitados em 2007 e 2008 são: (1) varrição mecanizada, varrição manual (zona norte), lavagem de logradouros públicos, manutenção urbana (zona norte) e limpeza de monumentos; (2) construção dos ecopontos; (3) destino final dos resíduos sólidos; (4) coleta seletiva e dos resíduos dos ecopontos; (5) e transporte dos resíduos da estação de transbordo para o destino final. Continuarão a serem executados diretamente pelo

DMLU os serviços de operação e manutenção de inertes, monitoramento dos aterros Extrema e Norte, operação da estação de transbordo e operação dos ecopontos.

Somente com a publicação do edital é que se poderá de fato avaliar que mudanças serão introduzidas e prever o impacto sobre o setor da limpeza pública da cidade. Em janeiro de 2007 expira o atual contrato para coleta domiciliar que, inevitavelmente, deverá ser prorrogado por mais alguns meses até conclusão da licitação e contratação da empresa vencedoras.

Em relação à coleta seletiva a previsão é de licitação no segundo semestre de 2007. Será necessário um amplo debate sobre as modalidades para este serviço considerando seu impacto sobre um importante grupo de pessoas que vivem da coleta e reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre.

Dez mil catadores trabalham nas ruas de Porto Alegre. Eles recolhem, a cada dia, 100 toneladas de resíduos. E ganham em média, 300 reais por mês. No Brasil, um milhão de trabalhadores tiram seu sustento do lixo.

A identidade

Quando se fala em cidadania, justiça social, reforma agrária, democratização, diversidade, economia solidária, outro mundo possível você pode contar com a CASANOVA FILMES.

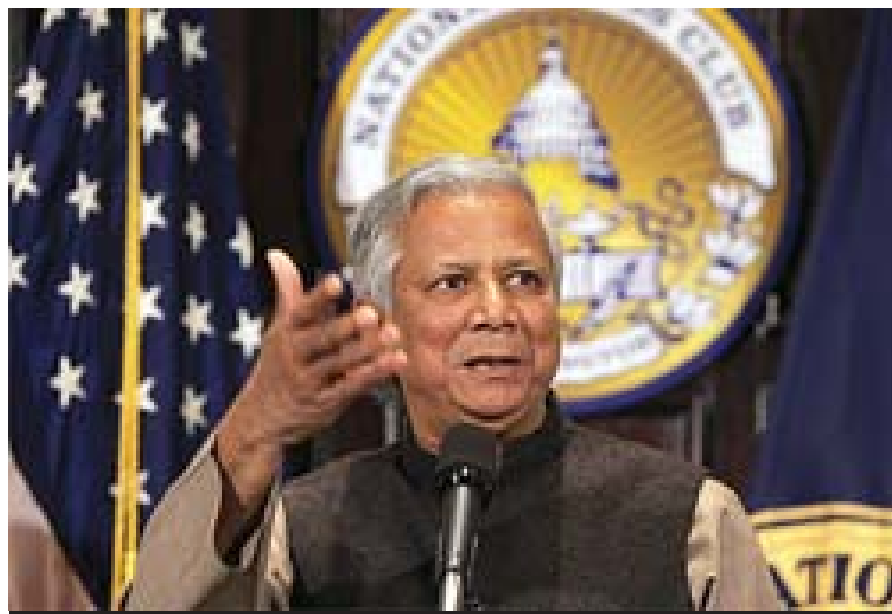
A qualidade

Também temos muito a ver com o conceito de competência técnica, de alta qualificação na produção, captação e finalização de imagens para os mais diversos objetivos: filmes institucionais, publicidade, reportagens, produção de conteúdo em ficção, documentários e programas para televisão. Um padrão de qualidade profissional atestado através de tantos prêmios recebidos.



Rua Corrêa Lima, 725 - CEP 90850-250 - Porto Alegre/RS
Fone/fax (51) 3231.6444 - www.casanovafilmes.com.br
casanova@casanovafilmes.com.br

“Tudo o que fiz foi emprestar dinheiro.”



Yunus acha que comunidade global tem que se concentrar mais na guerra contra a pobreza

O ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, disse no sábado, dia 9 de dezembro, que tudo o que fez para ajudar algumas das pessoas mais pobres do mundo foi emprestar um pouco de dinheiro.

Yunus e seu Grameen Bank ganharam o Nobel da Paz de 2006 por causa de seu trabalho de retirar milhões de pessoas da pobreza ao conceder empréstimos pequenos de menos de 100 dólares (cerca de 215 reais) para pessoas pobres de Bangladesh. O projeto é o pioneiro de um movimento mundial agora conhecido como microcrédito.

“Tudo o que fiz foi emprestar dinheiro”, disse Yunus. Ele e um representante do Grameen Bank receberam o prêmio Nobel em uma cerimônia no domingo dia 10 em Oslo, Noruega.

Os 7 milhões de clientes do banco de Bangladesh também são seus sócios. O banco conta com 85 mil mendigos entre seus membros. A entidade financeira

não pede garantias para os empréstimos, e raramente ocorre um calote.

“Sinto-me muito feliz como ser humano de ter feito algo que ajudou uma pessoa a sair da mendicância. Coloca a pessoa em sua dignidade humana integral”, disse ele.

Yunus disse que um empréstimo típico do Grameen para um mendigo é de cerca de 12 dólares (cerca de 25

reais), acrescentando que o banco funciona como um impulso para que mendigos abandonem a mendicância e passem a vender artigos de porta em porta.

“Muitos mendigos estão saindo completamente da mendicância”, disse Yunus, que é professor de economia.

“Da última vez que contamos, mais de 5.000 mendigos pararam de mendigar e passaram a ser vendedores ambulantes, e milhares se tornaram mendigos apenas durante parte do dia, virando vendedores no restante do período”, disse ele.

Hesitação em fazer caridade

A filosofia de Yunus é a da auto-ajuda. Embora o professor — que é conhecido como “o banqueiro dos pobres” — conceda os empréstimos, ele se recusa a dar esmolas na rua.

“A razão de eu evitar dar dinheiro por caridade a um

mendigo é que isso me dá uma sensação de que resolvi o problema. Mas não resolvi o problema realmente, estou apenas empurrando o problema ao dar dinheiro.”

“Só porque eles são mendigos não significa que não tenham capacidade o suficiente de tomar conta de si mesmos — eles apenas não têm oportunidades o suficiente”, disse ele.

“Então por que não criar uma oportunidade, talvez uma oportunidade pequena, mas ainda assim uma oportunidade.”

Yunus disse que sua mensagem para os líderes mundiais seria a de trabalhar para conquistar as metas do milênio das Nações Unidas de reduzir a pobreza pela metade até 2015.

Ele disse que o Nobel da Paz é um grande incentivo para seu trabalho, ao salientar a conexão entre a erradicação da pobreza e a paz, e a relação entre o microcrédito e a redução da pobreza.

“O Prêmio Nobel da Paz fez algo de fantástico por nós”, concluiu o laureado.

Um olhar para o momento

Mesmo um olhar pouco atento para o mundo permite concluir que em função do crescimento econômico e da hegemonia política dos EUA e seus aliados, há um profundo agravamento da crise ambiental e social em todo o planeta. O modelo de desenvolvimento centrado no capital concentra praticamente toda a riqueza não mãos de poucas pessoas, gerando milhões de excluídos, sem as mínimas condições de vida digna. Além disso, degrada o meio ambiente ameaçando o equilíbrio e a vida no planeta.

Na busca de alternativas, em todos os continentes, nascem movimentos sociais e populares em reação a este modelo. Não raro, estas reações resultam em mudanças no quadro político. Na Itália, temos a eleição do Governo Prodi e a provável eleição de uma mulher socialista de esquerda para governar a França. No próprio EUA a derrota dos Republicanos demonstra que internamente o Governo Bush sofre desgastes.

Na própria América Latina, de 11 países a maioria elegeu partidos de esquerda, com discurso de mudanças e com profundas críticas ao modelo atual. Além do Brasil que reelegeu o Governo Lula, podemos apontar as vitórias no Uruguai com Tabaré, Venezuela com Hugo Chávez, Bolívia com Evo Morales, Chile com Michele e até mesmo na Nicarágua com o retorno pelo voto popular de Daniel Ortega. Restam o Peru, o Paraguai e o México com governos declaradamente pró-americanos. Mas no caso do México a derrota eleitoral por uma margem muito apertada deixou um rastro de organização popular muito forte que está se expressando em mobilização contra a posse do presidente eleito.

Estas vitórias eleitorais, no entanto, não devem significar, de imediato, mudanças econômicas e sociais. Apesar das mudanças políticas no comando destes importantes países nos vários continentes há uma dependência muito significativa do modelo econômico mundial e de seus principais agentes políticos. Em função de seu peso econômico e sua capacidade de decidir sobre os destinos das populações do Continente Latino Americano, o comando da política está mais nas mãos das grandes empresas e

conglomerados transnacionais e não dos governos nacionais. Assim, mesmo com propostas de mudanças e da tentativa de enfrentar a crise social, os novos governos latinos americanos pouco têm feito para alterar o modelo, se contentando em remediar as crises e conflitos decorrentes da degradação ambiental e da profunda exclusão social reinante no Continente.

Neste sentido, fica clara a divisão em dois projetos de futuro. Um, representado pelo atual modelo de desenvolvimento capitalista, liderado pelo governo norte americano, apoiado por alguns governos europeus e grandes multinacionais. Outro, representado por inúmeros movimentos de resistência e mobilização que apontam para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, socialmente justo e radicalmente democrático.

O contexto brasileiro se insere neste processo de forma profundamente contraditória. Por um lado, aceitam de forma passiva os limites da institucionalidade e faz alianças e acordos com setores que historicamente sustentaram e se beneficiaram com o neoliberalismo. Como exemplo desta aceitação pode-se citar a submissão ao monopólio dos meios de comunicação, o apoio e os investimentos públicos ao agronegócio da soja, eucalipto, cana de açúcar e fumo, a manutenção dos privilégios do sistema financeiro e precarização das condições do trabalho. Soma-se a estes aspectos a manutenção da concentração da propriedade rural e da atual estrutura de estado que gera castas corporativas altamente beneficiadas com salários e benesses e depois tenta repartir com toda a população o déficit público decorrente destes privilégios.

Por outro lado representa uma opção contra o projeto de desenvolvimento neoliberal, capitalista e excludente. Com um discurso profundamente social e agregador do campo popular há inúmeras ações setoriais que, somadas, tem contribuído para indicar que ainda há no governo uma centelha de luz apontando para a vontade de mudar. Como no caso da política externa e as alianças estratégicas com os países da América Latina,

com a China e Índia. Internamente, o apoio aos programas da agricultura familiar, aos pescadores artesanais, o reconhecimento dos quilombos, as políticas de habitação popular, os projetos de apoio à economia solidária, as ações da CONAB em adquirir alimentos diretamente dos pequenos produtores, as ações de educação cidadã articuladas no Programa Fome Zero, as campanhas de construção de cisternas e poços artesianos no nordeste, entre outras. Também na educação com políticas de quotas nas universidades demonstrando que há uma inversão de prioridades.

Estas ações talvez ainda não representem tanto do ponto de vista econômico, no entanto, a sua diferença está no processo de organização, capacitação e educação cidadã que desenvolvem. Aliás, foi justamente este processo de articulação e organização de base que proporcionou que, na disputa política do segundo turno eleitoral, o projeto popular do governo fosse vitorioso. Praticamente todas as grandes corporações capitalistas que tem se beneficiado das políticas públicas do governo brasileiro não estavam apoiando a reeleição do projeto popular. A sustentação deste projeto veio da base da população brasileira alavancada pelos acertos do governo em realizar os projetos de cunho popular com organização e mobilização social.

Neste cenário internacional e nacional, o próximo ano inicia com uma grande disputa de projeto na sociedade brasileira e internacional. Que caminhos são possíveis para se construir um reequilíbrio social e ambiental? Como frear este modelo de desenvolvimento que em nome do bem estar de todos gera a miséria em todo o planeta? Sem querer dar espaço para uma reação popular, os representantes do modelo capitalista já arquitetaram sua estratégia: (1) criminalizar os movimentos sociais e as ongs comprometidas com as mudanças; (2) articular uma reforma política que não mude os atuais privilégios das classes políticas tradicionais e que não abra a estrutura do estado brasileiro para a participação popular; (3) manter o monopólio dos meios de comunicação nas mãos de algumas famílias para ter

poder de iludir a grande maioria do povo com mentiras e falsidades; (4) dar seguimento aos grandes projetos do agronegócio, a fragilização das condições de trabalho, aos mega projetos de infra-estrutura que são realizados com vultosos recursos públicos, mas realizados apenas por algumas grandes empresas.

Dentro deste contexto as várias organizações devem articular um espaço de resistência e articulação através da Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS e do processo da Assembléia Popular. Trazer para dentro destes dois processos a compreensão metodológica que preza pelo protagonismo dos próprios movimentos, a capacidade de articular os diferentes, de respeitar a diversidade e os processos locais e promover a articulação de experiências ricas nos vários estados. O desafio é fortalecer seu caráter propositivo e de claro enfrentamento com o modelo de desenvolvimento atual, apresentando para a sociedade brasileira a clara opção entre dois projetos. Um liderado pelas grandes empresas transnacionais que buscam tutelar os governos locais, estadual e nacional. Outro, construído pela cultura e saber popular através de milhares de movimentos sociais, da identidade brasileira, do fortalecimento das culturas regionais, da produção de saídas alternativas como a agroecologia, a economia solidária, as cooperativas de base, o crédito solidário e da educação popular.

Que projeto é capaz de ao mesmo tempo enfrentar criticamente o atual modelo de exclusão e apontar um novo rumo para o Brasil? Só o que afirma a construção de experiências de desenvolvimento local, de caráter sustentável, que parta do empoderamento das comunidades locais garantindo alto grau de autonomia e democracia participativa direta, que preserve o meio ambiente potencializando suas características como motor do desenvolvimento sustentável e que seja gerador de trabalho humano através de novas matrizes produtivas.

Mauri José Vieira Cruz é advogado, militante dos movimentos sociais desde os anos 80. Participa da Coordenação do Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP.